

“Indústrias com ociosidade perdem com indefinição do governo”

por Cristina Borges
do Rio

A lentidão do governo em aprovar o mecanismo de conversão da dívida externa por exportações representa perda de oportunidades de negócios para as indústrias brasileiras que estão com ociosidade e para os produtos com preços sem competitividade, no exterior, disse, na sexta-feira, o presidente da Cotia Trading e vice-presidente da Associação Brasileira de Empresas Comerciais Exportadoras (ABECE), Roberto Giannetti da Fonseca, durante a palestra proferida no encontro empresarial da conversão da dívida em exportação.

O interesse pelo sistema é grande por parte dos bancos-credores. Apenas a sua empresa tem em carteira projetos no valor de US\$ 200 milhões. A Cotia Trading torna-se atraente para viabilizar as operações, disse Fonseca, por dispor da corretora Cofinco, “que está trabalhando ativamente no mercado secundário da dívida”.

No terceiro leilão de conversão da dívida externa em capital de risco, na Bolsa de Valores do Rio, dia 26 último, a Cofinco levou a maior parte do leilão da área incentivada: US\$ 15 milhões, pagando apenas 0,5% de deságio.

Fonseca é contrário à apropriação parcial pelo Banco Central do deságio no caso das exportações “porque há a liquidação de passivo, enquanto a conversão por capital de risco transforma um passivo exigível em passivo de capital, como direito de remessa do principal e dividendos ao longo dos próximos anos”.

O vice-presidente da ABECE reconhece que a conversão da dívida por exportação terá impacto na base monetária, mas lembra que o efeito é idêntico



Roberto Fonseca

ao das exportações convencionais. “Para evitar a expansão da base monetária e facilitar as negociações com os credores externos, o País precisa importar mais. Superávits comerciais elevados dificultarão a liberação de dinheiro novo”, disse Fonseca.

O empresário destacou que para exportações especiais, dentro do mecanismo de conversão da dívida externa, há a possibilidade de troca por “Brazilian Papers” dos valores financiados a exportações brasileiras para outros países, que têm dificuldade de obter crédito externo convencional (por essa operação, um banco privado estrangeiro compra os títulos financiados do país importador, dando em contrapartida os títulos da dívida brasileira, em valor correspondente).

Um banco estrangeiro ao abrir um crédito novo para o importador, com prazo de sete ou oito anos, viabiliza a exportação brasileira para países com risco igual ou menor que o do Brasil. Dessa forma, o banco paga ao Brasil a dívida vencida, através de títulos com desconto. Mercados da Colômbia, Chile, Venezuela, Costa Rica e Uruguai interessam às instituições financeiras internacionais, disse Fonseca.